

¹² IPTU esbarra nos empresários

Representantes do comércio e indústria temem que novas alíquotas prejudiquem setor produtivo

SAMANTA SALLUM

Empresários do setor industrial e do comércio do Distrito Federal se manifestaram contra qualquer aumento nas alíquotas do IPTU para 1997. Eles conheceram ontem o projeto de lei do Executivo que propõe as modificações em almoço com o governador Cristovam Buarque, na residência de Águas Claras.

“Os setores produtivos podem sofrer o impacto desse aumento. O acréscimo do imposto é injusto, principalmente, com a classe média. Também devemos considerar que, há dois anos, o funcionalismo público não tem reajuste salarial”, comenta o presidente da Federação das Indústrias de Brasília (Fibra), Lourival Dantas.

Ele contou que no encontro o Governo prometeu fazer uma avaliação cuidadosa do valor venal dos imóveis

que serve de base para o cálculo do IPTU. “Se o Governo aumentar a avaliação dos imóveis será pior ainda. O contribuinte vai levar um susto quando receber a cobrança”, acrescentou Dantas.

Advertência - Os empresários acreditam também que a população pode passar a comprar menos. “Já estamos vivendo um momento de crise. O aumento do IPTU vai sacrificar mais ainda o contribuinte. Isso certamente pode refletir no poder de compra”, diz o presidente da Associação Comercial do DF (ACDF), Lindbergh Aziz Cury.

Os empresários também questionam a cobrança de IPTU por imóveis sem habite-se. Assim, o Governo pretende cobrar o imposto dos assentamentos, apesar de não estarem regularizados. Para o vice-presidente da Federação de Comércio de Brasília (Fecomércio),

Eunício Lopes de Oliveira, o GDF poderia encontrar mecanismos para facilitar o habite-se dos imóveis nos assentamentos.

“Quem respondeu ao recadastramento do governo, e vai pagar IPTU, só estará legal para efeito de imposto e não de transação de imóvel. Isso é injusto”, comenta Eunício Lopes.

O vice-presidente da Associação de Comércio e Indústria de Taguatinga (Acit), Talaul Abullan, também demonstra certo receio do aumento. “Estamos preocupados com essas novas alíquotas. A médio prazo pode ser que o aumento do IPTU seja repassado para os produtos. Pois será mais um fator de despesa”. Segundo ele, os empresários se reúnem com o Administrador de Taguatinga, Márcio Garcia, na próxima sexta-feira, para apresentar suas reivindicações.

CATEGORIA DE IMÓVEL CAPITAL	IMÓVEL RESIDENCIAL	IMÓVEL NÃO RESIDENCIAL	IMÓVEL NÃO EDIFICADO (TERRENOS)
Fortaleza*	0,4 a 2,0	0,9 a 2,0	5,0 % obs: se o terreno for murado a alíquota é reduzida para 3,0
Curitiba**	0,2 a 0,6	0,3 a 1,5	1,0 a 3,0
Florianópolis**	0,5 a 1,2	1,0 a 1,7	1,0 a 2,0
Rio de Janeiro***	0,15 a 1,2	0,6 a 2,5	0,15 a 6,0
Vitória	0,25	0,3	3,5 (em 95) 4,0 (em 96)
Cuiabá**	0,6 a 0,8	1,0	1,5
Recife*	0,6 a 1,4	1,0 a 2,0	3,0 obs: aumenta para 5,0 se não for murado
Campo Grande	1,0	1,0	1,0 a 3,5
Goiânia***	0,20 a 0,55	não informado	Não informado
Belo Horizonte*	0,5 a 1,0	1,0 a 2,2	3,0 a 4,2
São Paulo	0,6 para todos	0,6	0,6
Distrito Federal (Proposta)	0,3 a 0,64	1,0 a 1,43	3,0 a 3,5

* Progressividade em função do valor
** Progressividade em função do tamanho do imóvel
*** Progressividade em função da localização

Arte: Palet